

## **A educação inclusiva transformou as escolas**

---

*Mônica Ribeiro dos Santos de Oliveira  
Thais Susane Ananias Silva de Melo  
Samara Rani Duarte Bezerra da Silva  
Ozilene Francisca Ferreira da Silva  
Josecleide Pereira de Andrade  
Larissa Sofia Freire de Sá Lima  
Ivanise Lopes da Silva Lima  
Josiene Albino Arruda  
Gercileide da Costa Lima  
Edna Maria Ferreira de Sena*

DOI: 10.47573/aya.5379.2.65.12

## RESUMO

A elaboração desse estudo tem por objetivo a interação entre a Educação Inclusiva transformadora nas Escolas. O presente tema está em nosso cotidiano e deve ser ensinado tanto nas escolas como na sociedade, sendo fundamental para os discentes na sua formação como cidadãos. Devemos respeitar as leis que tratam sobre a inclusão e que todos possam ter seus direitos respeitados, não havendo nenhum tipo de exclusão. O conhecimento como meio de modificar a sua versão de ver o mundo. É necessário que nossos alunos tenham um olhar crítico diante da problemática da educação e seus avanços sobre Inclusão na atualidade. Nesta perspectiva, usaremos estratégias que possam tornar reais o que cita os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Constituição Federal Brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) entre outras leis. É de suma importância aos professores, formar indivíduos que sejam críticos, que reflitam sobre os acontecimentos, que compreendam os assuntos da atualidade, bem como os abordados em sala, instigando os alunos a pensarem, a resolverem problemas, a trabalhar em grupo, a saber lidar com as mais diversificadas situações sejam no âmbito escolar, familiar ou social. Desse modo, a temática abordada nos mostra a importância da inclusão, onde deve-se acolher a todos os integrantes do processo de ensino aprendizagem.

**Palavras-chave:** ensino. educação. inclusão.

## INTRODUÇÃO

O Presente trabalho tem como tema: Educação Inclusiva transformou as Escolas. Ao pensar na Educação Especial e Inclusão, considera a aprendizagem, com a proposta curricular da escola e a diversificação como base metodológica para ensinar a todos.

Quando se fala em educação, podemos notar que ela é a ferramenta básica para a inserção de qualquer pessoa em seu meio social. Ela transmite a cultura, é fundamental na construção do indivíduo enquanto cidadão, amplia conhecimentos visando à construção de um mundo melhor para todos. Sendo considerada o fundamento para a participação, independência, conhecimento e autorrealização, a educação torna-se, assim, imprescindível para a realização plena de todos os cidadãos, sem qualquer discriminação. Durante muito tempo o diferente foi excluído da sociedade, tempo esse marcado por atitudes e pensamentos absurdos, tendo consequências consideradas atualmente desumanas. Pessoas com deficiência não podiam participar dos espaços sociais onde se transmitiam conhecimento nem conviver com os seus iguais; não tinham direitos mínimos e, muitas vezes, eram consideradas aberrações e castigos divinos. Com o passar dos séculos, essas visões e pensamentos foram se reformulando, repensados pela sociedade, pelos políticos e pelas políticas públicas, as quais passaram a incluir em suas leis e decretos o direito de ser diferente. Inicia- Atendimento Educacional Especializado, um movimento pela igualdade de direito, onde todos possam ser cidadãos participativos. A Educação Inclusiva é uma realidade de todas as Escolas no momento atual, mas nem sempre aconteceu assim. A Educação que conhecíamos, tradicional, foi sendo modificada, transformada e moldada para uma nova perspectiva em torno do assunto, do sistema regular por terem alguma deficiência física, psicológica, psicomotora, auditiva, visual entre outras. Antigamente, os alunos com algum tipo de deficiência ou especiais, eram mantidos dentro de suas casas, não podiam ter acesso a escola e nem mesmo a conviver em sociedade. Com as no-

vas diretrizes e políticas públicas voltadas a Inclusão seja na sociedade, seja nas Escolas, temos um novo cenário, Nacional, Internacional e mundial. Hoje podemos ver as pessoas com deficiências ou com necessidades especiais nas competições esportivas, nas olimpíadas, trabalhando, estudando, fazendo cursos, faculdades, casando como as demais pessoas consideradas normais.

Ao falarmos em inclusão, nos vem o contexto histórico de lutas ao longo dos anos, onde podemos considerar um grande avanço para educação. Na perspectiva nesse período, surgiu reflexões sobre tema no processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar, considerando a escola uma das protagonistas para na colocação de ideias e apontar, como estratégia específica curricular na aprendizagem, ponto bastante importante que pretende ensinar a todos. O movimento mundial pela educação tornou-se, inclusive, uma luta de TODOS para TODOS, sendo considerado uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos no sentido de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. O direito do aluno com necessidades educativas especiais e de todos os cidadãos a educação é um direito constitucional.

Meados dos anos 90 houve muitos movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com necessidades especiais ou algum tipo de deficiências. Um marco, sem dúvidas, foi Declaração de Salamanca (1994), onde aborda a Educação Especial, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU). No ano de 2008, foi inserida na agenda educacional brasileira por meio do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Programa Educação Inclusiva do Ministério da Educação (MEC), lembrando que na Constituição Federal (1988) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96).

Segundo as políticas educacionais, descreve-se uma escola que se prepara para enfrentar o desafio de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos, considerando que, cada aluno numa sala de aula apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses de ritmos de aprendizagem, o desafio e as expectativas da escola hoje e trabalhar com essas diversidades na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino-aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter excludente, de modo que sejam incluídos neste processo todos que dele, por direito, são sujeitos. De acordo com a LDB, no 9.394/96) a educação especial é a modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Sabemos que nem sempre as crianças com quaisquer tipos de deficiências eram incluídas na sociedade e tão pouco nas Escolas. Elas eram vistas como uma aberração, ou até mesmo castigo de Deus. Por portanto, a Inclusão dentro das escolas contribui para que não haja distinção ou exclusão de nenhum aluno, para que a mudança sociopolítica venha ocorrer também dentro da sociedade.

Para que a Educação Inclusiva possa ser uma realidade, faz-se necessário, que se tenha conhecimento, onde os educadores estejam sempre em constante aprendizado, buscando informações pertinentes ao desenvolvimento na sala, através de palestras, especializações, formação continuada, cursos de aperfeiçoamentos, investimentos pelos governos, disponibilização de materiais de didático, acessibilidade nos prédios públicos, pluralismo de possibilidades. A Educação está associada ao ensino e desenvolvimento das competências, habilidades dos discentes com deficiência ou necessidade especiais, onde precisa-se avançar no que diz respeito as diversas deficiências, cada uma necessita de um cuidado específico.

O Plano Nacional de Educação do Brasil (PNE) em sua meta de nº4 fala sobre os alunos com deficiência, transtornos globais/do desenvolvimento e altas habilidades estejam matriculados em escolas regulares. Este plano para a educação brasileira está constituído de 20 metas, a serem cumpridas entre os anos de 2014 à 2024.

Portanto podemos contribuir como a educação inclusiva passa a perceber que a escola e um espaço de todos, no qual os alunos possam construir seus conhecimentos segundo suas capacidades, expressando livremente suas ideias, participando efetivamente das atividades propostas pelos professores, e se desenvolvam como cidadãos, nas suas diferenças. Segundo Silva, a diferença (vem) do múltiplo e não do diverso. Tal como ocorre na aritmética, o múltiplo é sempre um processo, uma operação, uma ação. A diversidade é estática, é um estado, é estéril. A multiplicidade é ativa, é fluxo, é produtiva. A multiplicidade é uma máquina de produzir diferenças – diferenças que são irredutíveis à identidade.

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS.

A Educação Inclusiva é considerada uma forma de acolher a todos e que não ocorra separação, tendo uma escola única para todos, onde não se diferencia o apoio a ser dado aquelas pessoas ou crianças com alguma deficiência. A Inclusão está ligada a políticas públicas que favoreçam o ensino em sala de aula, onde a escola precisa de uma reorganização e reestruturação.

É importante que se crie um ambiente educacional onde se tenha respeito, solidariedade e aceitação, onde os discentes com deficiência ou com necessidades especiais venham a interagir entre si e com demais colegas, participando das aulas e que cada um possa construir sua forma única de aprender e se desenvolver.

A escola inclusiva com equidade é um desafio que implica e rever alguns aspectos, que envolvem desde o setor administrativo até o pedagógico. As unidades escolares de ensino regular devem oferecer vagas e matricular todos os alunos, organizando-se para o atendimento com equidade aos educandos com necessidades educacionais especiais.

Conforme Mader (1997), é necessário construir uma política de igualdade com seriedade e responsabilidade, possibilitando ações significativas e de qualidade na prática de educação inclusiva.

Hoje a Educação Inclusiva está sendo falada e foi incluída no Plano Nacional de Educação (PNE) no Brasil e a Declaração de Salamanca foi inserida na Constituição Federal, onde também foi criada a Lei Brasileira de Inclusão (LBI). As pessoas com deficiência não tinham direitos de frequentar as escolas regulares da educação infantil e nem do ensino fundamental, elas eram excluídas da sociedade, por vezes até, mantidas presas em suas casas ou quartos, eram consideradas como aberrações ou castigos de Deus/deuses. Em Muitos países ou sociedades, as pessoas com deficiência eram mortas ou abandonadas após o nascimento por seus pais, familiares ou religiosos, seus direitos eram violados, não podiam ser dá nobreza, trabalhar, estudar, casar etc.

Segundo Monteiro (2009, p.7): (...) “ era comum à política da eugenia, com a proposta de fortalecimento das mulheres para que elas gerassem filhos fortes e sadios, além do abandono das crianças fracas ou deficientes.”

Em território brasileiro, a inclusão, no decorrer da história não foi muito diferente dos

demais países e sociedades.

Conforme Negreiros (2014, p.16):

No Brasil, a pessoa com deficiência foi incluída, por vários séculos, dentro da categoria mais ampla dos miseráveis, talvez o mais pobre entre os pobres (Silva, 1987). Na cultura indígena, onde as pessoas nascidas com deficiência era um sinal de mau agouro, um prenúncio de castigos dos deuses a eliminação sumária das crianças era habitual, assim como o abandono dos que adquiriam a deficiência no decorrer da vida.

Independente de países ou cidades, as culturas se repetiam em relação as pessoas com deficiências, vistas como miseráveis, castigo e por isso teriam que ser eliminadas daquela sociedade. As pessoas com deficiências, pois ainda existem muitos preconceitos e as pessoas olham com pena, como coitados (as), incapacitados de fazer as atividades que indivíduos tidos normais fazem. É importante esclarecer, pois os educadores ainda confundem a educação inclusiva com a educação especial na sala de aula. A Educação especial ela requer ambientes que sejam especializados em determinadas deficiências com profissionais qualificados para a função a que lhe foi atribuída. Já na Educação Inclusiva, há uma diversidade de alunos e não há separação entre eles, na sala terá tanto alunos com deficiência como sem deficiência, todos aprendendo juntos, lado a lado, numa sala regular.

O fato, é que as Escolas de uma forma geral, não estão preparadas para receber discentes com deficiência ou necessidade especiais, pois muitas vezes são colocados muitos discentes com deficiência em uma mesma sala, onde é necessário um educador que auxiliar, o que nem sempre a lei é cumprida dentro das escolas. Os educadores tentam fazer um bom trabalho, mas não conseguem, por falta de não estarem preparados para aquela situação, por falta de apoio da gestão da escola e até mesmo das famílias dos discentes, por falta de materiais didáticos etc.

Para que seja realidade, a Educação Inclusiva nas escolas, podemos cobrar do poder público, gestores, secretárias de educação diretores e equipe gestora cursos de aperfeiçoamentos, formação continuada, políticas públicas voltadas a educação inclusiva, materiais didáticos para que possa ser utilizado em sala durante as aulas, especializações, incentivos financeiros por meio de bolsas de estudos para os professores, porque em sua maioria são os profissionais da educação que arcam seus custos para obter conhecimentos adequados sobre os assuntos, reuniões com as famílias, oferecer aos professores suportes de um profissional de psicologia, realizar dinâmicas, escutar os professores e equipe escolar, realizar ações para obter melhores resultados de aprendizagem, ambientes adaptados as pessoas com deficiência.

Ricardo Henriques (Observatório-Instituto Unibanco) reforça sobre o modelo inclusivo na comunidade escolar:

A educação inclusiva é para todos os discentes. É para ter igualdade de oportunidades, valorização da diversidade, e promover a aprendizagem de todos, com deficiência e sem deficiência. A Escola, a gente não pode esquecer, é muito mais do que um local de aprendizagem das disciplinas curriculares tradicionais, é um espaço de socialização e integração dos estudantes. É um espaço de valorização da diversidade que favorece o desenvolvimento cognitivo, evidentemente, mas também socioemocional. (Observatório-Instituto Unibanco- Educação Inclusiva: Um direito inegociável).

Todas as conquistas obtidas até os dias atuais em relação a educação inclusiva, se deu pelo fato de ter acontecido várias discussões de nível internacional para que fossem implementadas leis que pudessem assistir melhores os educandos com deficiências. Foi a partir do século XX que o mundo teve uma mudança de paradigma e um novo olhar em relação as crianças,

adolescentes, adultos com deficiências.

Meados de 1945, com a criação das Organizações das Nações Unidas (ONU), foi que o mundo passou a enxergar a questão dos direitos humanos, necessidades das pessoas, dignidade humana, igualdade entre as pessoas, sem importar a cor, credo, raça, deficiências, classe social, com isso surgiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que cita em seu artigo 1º : “todos os humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direito”.

A Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada no dia 20/11/1959 cita em seu Princípio V: “o Direito à Educação e aos cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente; em seu artigo VII reafirma o Direito a educação gratuita e ao lazer infantil”.(UNICEF 1959).

Em 1994, na cidade de Salamanca, Espanha, aconteceu uma grande conferência mundial onde estavam presentes mais de 80 países deixando em evidência o que é educação especial a nível mundial, foi exposta a necessidade de atender as pessoas com deficiência, onde as nações precisavam de um direcionamento comum , um documento que pudesse ajudar as nações a incluírem as pessoas com deficiências no ensino regular, algo que fosse uma referência para todos os países, daí surgiu a Declaração de Salamanca, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). A partir da criação deste documento mundial, a Declaração de Salamanca, as políticas de educação inclusiva começam a ser criadas no território brasileiro.

Em relação ao Brasil, tivemos momentos importantes para a educação inclusiva, onde foram criadas e aprovadas leis em prol da inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular das escolas brasileiras. A educação para as pessoas com algum tipo de deficiência era executada de maneira assistencial ou por meio de instituições filantrópicas.

A partir da Constituição Federal de 1988, no Brasil, o Estado se preocupou com educação para as crianças com deficiências a serem incluídas nas escolas, para que estas crianças pudessem ter suas experiências e aprendizados na escola regular. Constituição da República Federativa do Brasil Estabelece: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, ainda, artigo 205: “A Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), deixando claro que educação especial no sistema de ensino brasileiro, passa a ser modalidade de ensino da educação infantil ao nível superior, foram criados dispositivos e esclarecimentos que anteriormente nem eram mencionados.

As escolas brasileiras e demais escolas mundiais, devem ser locais de aprendizagens e que ocorra a democracia inclusiva, onde não se pode negar de forma alguma a matrícula de qualquer aluno, seja ele com deficiência ou não, garantindo-lhes oportunidades, igualdade e o acesso a educação, fazendo com que todos venham a participar do processo educativo de ensino - aprendizagem, sem qualquer tipo de exclusão ou distinção. É importante que as escolas e professores compreendam que a inclusão de pessoas com deficiência passou a ser um direito

exigido em lei e que deve ser cumprido, mas que nem sempre as escolas estão preparadas para receber alunos com qualquer tipo de deficiências. Faz-se necessário a valorização das diferenças, com uma proposta educativa que venha a contemplar o aprendizado de todas as crianças juntas, em um mesmo ambiente escolar, onde possam criar uma sociedade mais igualitária e consciente, sem separação e preconceitos.

A LDB no capítulo V, em seu art. 59, inciso III, diz que: “Os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais:(...) professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 44).

Temos que ter a consciência de que não basta apenas os pais matricularem seus filhos em salas de aulas regulares, assim como afirma a lei, mas é importante saber que incluir é diferente de inserir, onde a inclusão está associada as oportunidades de aprendizado, crescimento e desenvolvimento intelectual, psicomotor, emocional, cognitivo, respeito e valorização das diferenças.

As escolas necessitam rever suas propostas pedagógicas, o seu Projeto Político Pedagógico (PPP), seu currículo, as questões de inclusão, estruturas e ambientes acessíveis, que ofertem a educação inclusiva de fato, sem exclusão ou distinção, não apenas inserir as crianças com deficiência no ambiente escolar, o que acontecia era que a educação para estas crianças com deficiências era ofertada de forma parcial, onde as crianças com deficiência eram separadas das demais crianças e faziam atividades isoladas ou diferenciada. Para oferecer uma educação de qualidade para os alunos com necessidades especiais, a escola precisa capacitar seus professores para receber essas crianças e jovens. O próprio Ministério da Educação reconhece que inclusão não significa somente matricular os educandos e ignorar suas necessidades especiais, mas sim dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica." (MEC/SEESP, 1998).

Existem cinco (05) grandes princípios que regem a Educação Inclusiva:1-Toda pessoa tem o direito de acesso à educação; 2- Toda Pessoas aprende; 3- O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular; 4- O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos; 5-Educação Inclusiva diz respeito a todos.

Para que se tenha uma educação inclusiva é necessário que se trace estratégias que sejam eficientes, uma equipe escolar que possa desempenhar seu papel, pais envolvidos no processo de ensino aprendizagem, sendo um processo gradativo, contínuo e coletivo, o cotidiano escolar precisa ser modificado, promovendo à diversidade e oportunidades de aprendizados, experiências, desenvolvimentos cognitivos, afetivos, acessibilidade, igualdade de direitos.

## **Evolução da inclusão**

A Educação Inclusiva consiste na ideia de um ensino contemporâneo que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação, todos juntos em um mesmo ambiente, aprendendo e trocando experiências vivenciadas em seu dia-a-dia.

Entende-se na igualdade de oportunidades e a valorização dos diferentes tipos de pessoas, dessa forma, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e

de gênero dos seres humanos não têm nenhuma interferência no aprendizado de cada um.

Devemos refletir e discutir sobre a inclusão dos discentes com necessidades especiais nos faz repensar todo sentido que é atribuído a educação e formação do cidadão. “[...] a história da pedagogia, assim como das instituições escolares, nada mais é do que a implementação cada vez mais audaciosa dessa aposta: a escolha da educação contra a da exclusão” [...]. (MEIRIEU, 2001, p. 43).

Uma escola inclusiva é aquela que não seleciona alunos levando em consideração as suas diferenças e aspectos individuais, se a educação é para todos, os alunos com necessidades específicas estão enquadrados sem nenhuma distinção entre os demais.

Incluir não é apenas inserir o educando com necessidades especiais no ensino regular, sem nenhum acompanhamento e/ou suporte específico, é muito mais do que isso. Os educadores necessitam de apoio técnico e acompanhamento pedagógico, com profissionais especializados para dar todo suporte que eles necessitam, para reavaliarem suas práticas e ajudarem seus alunos na prazerosa tarefa da busca pelo conhecimento, porque o aluno de hoje precisa ser protagonista de seu próprio aprendizado. Sabemos que esse trabalho não é nada fácil, mas exige dos/as educadores, dedicação, formação, pesquisa, muito trabalho e experiência.

Os resultados positivos de toda prática da educação inclusiva podem ser notados quando professores, famílias e toda comunidade existente ao redor do âmbito escolar estiverem certificados de que o grande objetivo da inclusão é a garantia de que todos os estudantes, com ou sem deficiência/necessidade especial, participem ativamente das atividades propostas pela escola e na comunidade sem nenhuma restrição ou desigualdade entre os colegas.

Perceber que cada educando tem seu próprio ritmo de aprendizagem, com isso, precisamos respeitar os avanços e/ou retrocessos quando o ele/a não conseguir avançar nas atividades, com isso dar possibilidades para que o estudante consiga prosseguir sendo capaz de protagonizar junto a ajuda do seu educador ou facilitador. Se faz necessário respeitar o tempo e o ritmo do discente para que o resultado final seja alcançado.

Na educação inclusiva o aluno é o protagonista de seu próprio aprendizado, onde o educador deixar de ser aquele um “ditador” e dono de todos os saberes para ser um orientador/mediador. Os educadores são responsáveis diretamente pelo aprendizado do discente, mas como um facilitador do processo, ajudando na construção que é concedida pelos próprios esforços dos discente, mas além do educador é necessário a inclusão de profissionais especializados com deficiência.

A inclusão de alunos com deficiência junto aos alunos sem deficiência, pois eles têm a capacidade de aprender uns com os outros, respeitando sempre as suas individualidades, limites, ritmos, especificidades, características de cada aluno.

No ambiente escolar, local onde ocorre grande parte dessas ações: respeito, valores, partilha, companheirismo entre outros de alunos, com ou sem deficiência, precisa ser expandido para o externo, por que não cabe apenas à escola essa tarefa, a família e sociedade devem estar inteiramente ligada na aprendizagem para que assim, seja concretizado de forma mais eficiente.

A Acessibilidade é essencial para construção de um ambiente escolar que seja inclu-



sivo. A inclusão torna-se fundamental para que se faça uma sociedade cada vez mais justa, honesta, sem preconceito e diversificada e ampla, portanto, é os profissionais da educação conhecerem a nossa Constituição Federal e as leis sobre a educação especial para pessoas com deficiência.

Nos anos 2000 foi criada e aprovada a lei de acessibilidade nº 10.098, sendo reforçada pelo decreto 5.296 no ano de 2004, enfatizando a lei ao atendimento prioritário, projetos arquitetônicos e urbanos acessíveis.

Em 2015 criou-se a lei de inclusão da pessoa com deficiência nº 13.146/2015.

Educar uma sociedade para ser inclusiva é pactuar-se com a divulgação de novos paradigmas, levando em consideração a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e de todo e qualquer cidadão no ensino regular, gratuito e de qualidade. Segundo Andréa Ramal, O objetivo da educação inclusiva não é tornar todas as crianças iguais, e sim respeitar e valorizar as diferenças.

Diante dessa realidade, a construção de uma sociedade e de uma educação inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento de cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e responsabilidades.

Das referidas colocações a seguir é uma sucinta demonstração de que a temática em questão não pode ser considerada – tanto pela sociedade quanto pela família e a escola – como algo recentemente discutido e implantado, mas, sim, como algo conquistado no decorrer dos séculos e que o pano de fundo para essa realidade à formação continuada de docentes é um dos pontos fundamentais. Estudos revelam os desafios postos à formação de professores no processo de inclusão escolar, ressaltando o quanto os professores se sentem despreparados em sua prática docente no enfrentamento das diferenças cognitivas, sensoriais e físicas que interferem na aprendizagem dos alunos com deficiência pode-se afirmar a a formação de professores deve abranger o desenvolvimento de sua sensibilidade para que possam refletir sobre a própria prática docente, assim, planejar de maneira flexível, articulando o ensino às demandas de aprendizagem dos alunos, considerando diversas possibilidades educacionais.

Os educadores, os professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam que tipo de estratégia deve ser consideradas para lhes dar respostas e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos.

Diante disso, verifica-se a necessidade da formação continuada do educador, como também, a influência da mediação docente no ensino aprendizagem na educação das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Na realização e análise de questões históricas da Educação Especial, em diversos países, encontram-se estudiosos como Mendes, 1994; 1995; Sassaki, 1997, dentre outros, os quais se debruçam a investigar sobre alguns dos aspectos históricos que perpassam o tempo e influenciaram a educação que se almeja para TODOS. Por meio desses estudos, identifica-se que a Idade Pré-Cristã foi fortemente marcada pela negligência e pelo abandono, pois as pessoas com deficiência eram consideradas seres diabólicos e sub-humanos. As crianças, quando nas-

ciam com alguma deficiência já identificada, eram “eliminadas” de forma brutal, na maioria das vezes asfixiadas após o nascimento; já as que se tornavam adultos eram abandonadas por suas famílias. Em seguida, encontra-se um período marcado pela segregação social do deficiente, que passou a receber atendimento em instituições assistenciais especiais, com fins filantrópicos ou religiosos, ganhando status de ser humano e criatura de Deus, o qual deveria ter sua vida preservada

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos aos alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades.

Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades / superdotação, orientando os sistemas de ensino para: • garantir o acesso de todos os alunos ao ensino regular (com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino) • Formar professores para a inclusão; • Prover acessibilidade arquitetônica nos transportes, nos mobiliários, comunicações e informações • Estimular a participação da família e da comunidade • Promover a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas educacionais.

A Educação Especial se destina a alunos com deficiência física, deficiência mental, alunos com surdez, cegueira, baixa visão, surdo-cegueira, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. No que se refere à educação inclusiva, o que pode ser percebido é que, inicialmente, se teve a compreensão de que os alunos deveriam ser preparados para sair da segregação e, assim, adaptar-se às exigências da escola. Já, no atual cenário, finalmente se caminha para a percepção de que a escola é a protagonista que deve se adaptar às necessidades dos seus alunos, buscando atender à diversidade existente.

Entretanto, essa percepção não é generalizada: ainda se encontram escolas com pensamentos ultrapassados sobre o que é de fato um processo de inclusão escolar. A garantia do acesso, participação de todos os alunos dentro dos contextos social e escolar contribui, sem sombra de dúvidas, para a construção de uma nova cultura de valorização das diferenças e de reflexão de possibilidades futuras.

Nesse sentido, a preparação, a capacitação e a formação continuada dos docentes que “atuam” nesse contexto escolar são consideradas por muitos autores de fundamental necessidade e importância. Métodos novos, os quais possam contemplar a inclusão de todos, vêm sendo discutidos no decorrer dos últimos anos para que, assim, a escola possa cumprir o seu papel de ensino e aprendizagem respeitando as especificidades de todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Referido trabalho abordou o seguinte tema: Educação Inclusiva transformou as escolas. Foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas, sites, vídeos e estudos de caso.

Foi possível alcançar os objetivos propostos de analisar a política de inclusão e os seus reflexos nos processos de socialização e de aprendizagem de alunos com necessidades especiais, observando sistematicamente o interesse e o comportamento dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, decorrentes das suas necessidades educacionais especiais.

Através das observações uma análise sobre o cotidiano da escola, verificando até que ponto a escola está realmente sendo um espaço inclusivo. A legislação e os textos pesquisados para a elaboração do trabalho sobre educação inclusiva deixam bem claro que renovação pedagógica exige, em primeiro lugar, que a sociedade e a escola adaptem-se ao aluno com necessidades especiais, e não o contrário. Em segundo, que o professor, que é considerado o agente determinante da transformação da escola, deve ser preparado adequadamente para gerenciar o acesso às informações e conhecimentos por parte dos alunos.

Percebemos que nem todos os professores estão preparados para a educação inclusiva, e isso pode ocasionar resistências de alguns às inovações educacionais, como a inclusão, ao considerarem que a proposta de uma educação para todos é válida, porém impossível de ser concretizada, levando em conta o número de alunos e as circunstâncias em que se trabalha nas escolas da rede pública de ensino.

A Educação Inclusiva é a integração de todos os alunos em um mesmo ambiente, onde terá crianças com e sem deficiências em um mesmo local, salas e escolas regulares, para que aprendam, se desenvolvam, troquem experiências de forma a não ter exclusão ou divisão.

Em outrora, as crianças e pessoas com deficiências não tinham seus direitos assegurados por leis, estas eram consideradas como se fossem “castigos de Deus/ deuses”, “pessoas com defeitos”, eram separadas da sociedade, sem direitos de estudar, casar, fazer cursos, eram mantidas dentro de suas casas e em muitas sociedades eram mortas, abandonadas ou até mesmo levadas para fazerem espetáculos em circos, consideradas “miseráveis”.

Meados do século XX, o mundo passou a se preocupar com as pessoas com deficiência, onde a educação e sociedade mundial passaram a ter uma nova perspectiva e novo olhar em relação a como incluir estas pessoas no âmbito escolar e social.

A Educação e escola Inclusiva são resultados de muitas lutas e movimentos sociais que são um avanço e grandes conquistas para as pessoas com deficiência.

Um marco na história, foi a Conferência mundial de Salamanca (Declaração de Salamanca, 1994), que ocorreu na Espanha, onde estavam presentes mais de 80 países para a discussão de “Regras, Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências”, onde os Estados têm que assegurar a educação de pessoas com deficiências ao sistema educacional.

É importante lembrar ainda que incluir é diferente de inserir. Inclusão se remete a um ambiente que todos possam aprender, realizar atividades e se desenvolver sem separação ou exclusão de nenhum aluno. Muitas crianças eram inseridas no ambiente de salas e escolas regulares, mas eram separadas das demais crianças consideradas normais, havia muito preconceito, exclusão e atividades isoladas.

As escolas para serem inclusivas, precisam passar por modificações sejam no seu Projeto Político Pedagógico (PPP), no currículo, na forma pedagógica trabalhada em sala, passar

por adaptações na estrutura, professores que busquem se especializar e se capacitar para fazer um bom trabalho em sala onde gerem aprendizados e igualdade entre todos. As crianças com deficiências necessitam de atendimento especializado de acordo com sua deficiência, um ambiente acolhedor, estratégias eficientes, a família precisa participar da vida escolar dos seus filhos e dos acontecimentos na escola, garantindo oportunidades, acesso à educação, experiências de aprender e se desenvolver.

Para que a Educação inclusiva se torne uma realidade nas escolas, é de suma importância que todos façam sua parte em incluir as crianças dentro da sala de aula, de forma que participem da rotina e planejamento diário, sem preconceitos, distinção, exclusão tendo uma nova visão em relação aos alunos com deficiência, entendendo que cada criança tem sua especificidade e que são capazes de realizar qualquer atividade e podem adquirir habilidades cognitivas afetivas, psicomotoras, intelectuais, construindo experiências e interagindo com colegas e professores, bem como com demais funcionários da escola, sendo uma pessoa que possa atuar na sociedade e no meio familiar com respeito, dignidade, liberdade, igualdade, participando de espaços inclusivos e democráticos, onde seus direitos estejam assegurados conforme o que manda as leis de inclusão, a LDB e a Constituição Federal brasileira.

Demonstra-se, mais do que nunca, que os professores devem capacitar-se, acreditar e, principalmente, aceitar a inclusão, tornando, assim, a sua sala de aula um ambiente propício à construção do conhecimento, tanto do aluno com necessidades especiais, quanto dos demais. Portanto, a escola como espaço inclusivo deve considerar como seu principal desafio, o sucesso de todos os alunos, sem nenhuma exceção. A inclusão a garantia, a todos, do acesso Atendimento Educacional Especializado contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, que deve estar preparada para o acolhimento à diversidade humana, à aceitação das diferenças individuais, do esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento com qualidade em todas as dimensões. Portanto, a escola como espaço inclusivo deve considerar como seu principal desafio, o sucesso de todos alunos sem nenhuma exceção.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988. São Paulo: Editora Saraiva 18º andar, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE), 2014.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996.

Declaração de Salamanca. Brasília, DF: UNESCO, 1994.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. BRASÍLIA: MEC, 1996.

MADER, Gabrielle. Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma. São Paulo. São Paulo. Memmon, 1997

MEIRIEU, Philippe. Jean Gaspard Itard: tous les enfants peuvent-ils être éduqués? Paris: Éditions PEMF, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Educação ESPECIAL: história, Etiologia, Conceitos e Legislação vigente. Baauru, 2008. Disponível em: <http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/livro2.pdf>

MONTEIRO, Alessandra Andrea. Corporeidade e educação física: Histórias que não se contam na escola! Universidade São Judas Tadeu programa de pós-graduação stricto sensu mestrado em Educação Física São Paulo, 2009.

NEGREIROS, Dilma de Andrade. Acessibilidade Cultural: por que, onde, como e para quem? Rio de Janeiro, 2014. SASSARKI, R. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. 2. Ed Rio de Janeiro: WVA, 1997. SILVA, Otto Marques. "A Epopéia I Plano Nacional de Educação. Brasília:MEC, 1996, p.58 .

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro:WVA1997.

ANDREA RAMAL . Andrea Ramal é consultora, escritora e palestrante. Doutora em Educação pela PUC-Rio, atua como comentarista sobre o tema na Rede Globo, no Encontro com Fátima, disponível em <http://andrearamal.com.br>.

Declaração de Salamanca - Descomplica Professor disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CjgBT2I2XnE>.

Educação Inclusiva: Um direito inegável disponível em <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteúdo-multimidia/detalhe/educação-inclusiva-um-direito-inegavel>.

Educação Inclusiva disponível em <https://www.primecursos.com.br/educacao-inclusiva>.

Educação Inclusiva: Uma Educação para Todos disponível em <https://www.somoseducacao.com.br/educacao-inclusiva>.

Educação Inclusiva - Sala de Debate - Canal Futura- parte 01- disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=AM7q-DJiGNA>.

LEI Nº 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1996 Capítulo V da Educação Especial disponível em [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_idbn2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_idbn2.pdf).

Plano Nacional de Educação disponível em [https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf).